

**A Democratização do  
Ensino em 15  
Municípios Brasileiros**

**DOCUMENTO  
SÍNTESE**



INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



**MEC**

Ministério da Educação e do Desporto

**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 227.** É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988

---

# Projeto Educação & Desenvolvimento Municipal

---

## Coordenação Geral - UNICEF

---

Carmen Emília Pérez

---

## Coordenação CENPEC

---

Maria Alice Setúbal Souza e Silva  
Marta Wolak Grosbaum

---

## Equipe Participante

---

Alfredo José da Veiga Neto	RS
Ana Maria Petronetto	ES
Anamérica Prado Marcondes	SP
Deise Aparecida M. de Oliveira	SP
Eny Marisa Maia	SP
Graziani Gervázio Fonseca	PI
Heitor Matallo Jr.	PI
José Melquiades Ursi	PR
Maria Auxiliadora C. Araújo Machado	MG
Maria Bernadette Castro Rodrigues	RS
Maria Cândida Raizer C. Perez	SP
Maria Cecília Antunes Aguiar	PE
Maria Isabel Pedrosa	PE
Maria de Lurdes Salviato	ES
Maria Luíza de Almeida Cunha Ferreira	MG
Maria Neiara Oliveira de Araújo	CE
Neide Cruz	SP
Nelson D. Tomazi	PR
Nohemy Ibanez	CE
Sebastião Haroldo de Freitas C. Porto	SP
Sérgio Vasconcelos Luna	SP
Sofia Lerche Vieira	CE

---

# Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
<b>A Análise das Experiências Educacionais</b>	
I - Dados Básicos	15
II - Enfrentando os Problemas e Delineando as Propostas	21
III - A Atuação dos Municípios: Priorizando a Educação	25
3.1 Buscando a Universalização do Acesso à Escola	29
3.2 Melhorando as Condições de Ensino	33
3.3 Melhorando as Condições da Escola	37
3.4 Valorizando o Profissional da Educação	38
3.5 Democratizando a Gestão	41
3.6 Buscando Alianças e Parcerias	45
IV - Considerações Finais	47

---

## Apresentação

# N

ão basta levar todas as crianças à escola, sonho maior de um país que trata bem seus cidadãos, é preciso fazer com que elas permaneçam, progridam e aprendam. Em pelo menos 15 municípios brasileiros isso é realidade ou está perto de vir a ser. *Educação e Desenvolvimento Municipal* é uma coleção de Estudos de Caso que registra a ação destes municípios, no período de 1989/1992.

Universalizar o ensino fundamental é uma das metas da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, ocorrido em Nova Iorque, no mesmo ano. Garantir que todas as crianças brasileiras possam concluir o 1º grau é objetivo não apenas das grandes conferências internacionais. O Brasil tem demonstrado, em seus bolsões organizados e conscientes, a mesma preocupação.

A Constituição Brasileira estabelece grandes responsabilidades para os Estados e Municípios. Juntos têm o mandato de prestar e melhorar o ensino fundamental. Segundo dados de 1990, 53,3% das matrículas eram estatais e 32,2% municipais. São números suficientes para reconhecer a importância da esfera municipal na obra a ser construída.

O processo de consolidação do federalismo brasileiro destaca a esfera local como unidade dinâmica e em movimento. As administrações municipais que assumiram em 1993 têm pela frente desafios de grande porte e, ao mesmo tempo, os prefeitos cada vez mais procuram caminhos que ofereçam respostas aos anseios da sociedade.

Para mudar a realidade, é preciso olhar as lições aprendidas nestes 15 municípios, reconhecer o que é válido e avançar gradativamente até o dia em que todas as crianças possam mostrar o diploma do ensino fundamental, na idade certa.

---

A coleção *Educação e Desenvolvimento Municipal* inclui municípios das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Piauí). Municípios de pequeno, médio e grande portes, escolhidos de forma heterogênea. Foram incluídos por serem exemplos de trabalho árduo, sério e conseqüente para mudar o triste perfil da educação brasileira de 1º grau.

Diversidade e criatividade são palavras que descrevem bem a sua variedade. As respostas de cada um são reflexo da conjuntura específica. Mas entre eles há algo em comum: a vontade política. Ela é o carro-chefe das mudanças. Com ela mobilizam-se todos os que têm compromisso com a Escola, na sua mais perfeita tradução.

Como Secretário Executivo do *Pacto pela Infância* e cumprindo seu próprio mandato, o UNICEF apóia as atividades que visem o bem-estar físico, mental e social das crianças brasileiras e de todo o mundo, especialmente os filhos das classes populares. Cabe ao UNICEF divulgar para o Brasil e para todo o planeta as experiências bem-sucedidas em defesa da sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças. Por isso, sua participação neste trabalho.

111 6.6.1.1-

---

Agop Kayayan  
Representante do UNICEF no Brasil  
Secretário Executivo do Pacto pela Infância

---

## Introdução

A crescente participação dos municípios no desenvolvimento das políticas sociais corresponde à tendência de descentralização observada na década de 80.

A oferta de serviços educacionais na área da educação infantil e do ensino fundamental é hoje responsabilidade de municípios e estados, segundo preceito constitucional.

Enfrentando uma série de limitações tanto de ordem financeira quanto política, os municípios, reconhecidamente, vêm desenvolvendo significativos esforços com objetivo de oferecer uma educação de melhor qualidade.

Visando contribuir para o aperfeiçoamento da atuação das administrações municipais, o UNICEF se propôs a registrar e divulgar experiências educacionais significativas. Busca-se promover a divulgação e a troca de experiências de modo a construir um conhecimento cumulativo capaz de estimular o avanço das propostas.

Para a análise e o registro das experiências educacionais foram selecionados 15 municípios de pequeno, médio e grande portes localizados em nove estados brasileiros, permitindo assim, uma reflexão acerca de modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não se buscou algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado ou novo. Muitas vezes, soluções simples, mas bem planejadas, que levam em conta as necessidades específicas da comunidade e que são adequadamente implantadas alcançam resultados satisfatórios e merecem ser estudadas e divulgadas.

Nesse sentido, foram analisados municípios cujas políticas educacionais nortearam suas ações pelo princípio do direito de todos à Educação Básica, buscando para isso, desenvolver projetos que contemplassem fatores como:

---

- a promoção de oportunidades de educação para crianças de 0 a 6 anos e a busca de um início educativo mais justo;
- a universalização do acesso à escola e da permanência das crianças mais vulneráveis à exclusão, como as provenientes de famílias de baixa renda, as crianças trabalhadoras e de rua, as crianças no meio rural e as portadoras de deficiência;
- a melhoria das condições da escola e do ensino, a diminuição da repetência e da evasão, buscando adequação das condições físicas da rede, a disponibilidade de insumos pedagógicos, escolas com pedagogias ativas e participativas, redes que ofereçam maior tempo e oportunidades de aprendizagem e que mudem sua prática de avaliação respeitando as diferenças no ritmo de aprendizagem;
- a valorização do professor, assegurando seu status como profissional (carreira e estatuto do magistério), assim como permitindo sua habilitação, profissionalização e capacitação permanente;
- a democratização da gestão escolar com participação da comunidade para fortalecê-la como o centro das decisões;
- a modernização dos sistemas de gestão, visando a desconcentração e a descentralização do sistema educacional, e a criação de um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino de modo a se detectar necessidades de formação, reciclagem e apoio técnico das equipes;
- o desenvolvimento de uma adequada articulação União/Estado/Município, para uma gestão mais eficiente do sistema, assim como a ampliação das parcerias com as comunidades locais, sindicatos, organizações não-governamentais (ONGs), setor privado etc;
- a criação de oportunidades educacionais para toda a população, no intuito de aproveitar todos os recursos educacionais do município e ampliar seus benefícios para todos.



O desafio que se coloca para os municípios não pode ser minimizado. É de domínio público que o sistema educacional brasileiro enfrenta uma crise de graves proporções. Para reverter um quadro que se caracteriza pelos altos índices de exclusão da população, desde os primeiros anos de escolaridade, é preciso antes de mais nada, vontade política.

As experiências registradas indicam o compromisso das administrações municipais com os problemas educacionais. Entretanto, via de regra, o município desenvolveu uma ação solitária numa demonstração de que ainda estamos distantes de estabelecer políticas integradas, evitando desperdício de recursos e depreciação dos serviços oferecidos.

Maria Alice Setúbal Souza e Silva  
CENPEC  
Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

# **DADOS BÁSICOS**

**I**

**PROJETO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL  
CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**

REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	ÁREA (KM2)	POPU- LAÇÃO	DENSI- DADE (Hab/Km2)
<b>N O R D E S T E</b>	<b>CEARÁ</b>	<b>Icapuí</b>	<b>423</b>	<b>13665</b>	<b>32</b>
		<b>Iguatu</b>	<b>1036</b>	<b>75619</b>	<b>73</b>
	<b>PERNAM- BUCO</b>	<b>Jaboatão</b>	<b>256</b>	<b>486774</b>	<b>1900</b>
	<b>PIAUI</b>	<b>D. Inocência</b>	<b>3826</b>	<b>8988</b>	<b>02</b>
		<b>S. R. Nonato</b>	<b>6019</b>	<b>44298</b>	<b>07</b>
<b>S U D E S T E</b>	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>B. Horizonte</b>	<b>335</b>	<b>2017115</b>	<b>6021</b>
		<b>S. J. Varginha</b>	<b>192</b>	<b>2692</b>	<b>14</b>
	<b>ESPIRITO SANTO</b>	<b>Jaguare</b>	<b>712</b>	<b>17051</b>	<b>24</b>
		<b>Vitória</b>	<b>88</b>	<b>258245</b>	<b>2911</b>
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>Resende</b>	<b>1183</b>	<b>91596</b>	<b>77</b>
	<b>S.PAULO</b>	<b>Conchas</b>	<b>456</b>	<b>11916</b>	<b>26</b>
<b>S U L</b>	<b>PARANÁ</b>	<b>Maringá</b>	<b>509</b>	<b>240136</b>	<b>471</b>
		<b>M. C. Rondon</b>	<b>1026</b>	<b>49328</b>	<b>41</b>
	<b>R. G. DO SUL</b>	<b>Ijuí</b>	<b>1013</b>	<b>75169</b>	<b>74</b>
		<b>Porto Alegre</b>	<b>508</b>	<b>1263239</b>	<b>2484</b>

# Localização dos Municípios



**ENFRENTANDO  
OS PROBLEMAS  
E DELINEANDO  
AS PROPOSTAS**

**II**

**A**o colocar a educação como prioridade de suas gestões, os municípios tiveram que enfrentar os mais diversos problemas que perpassam a área educacional e que se refletem nos indicadores relativos ao sistema: falta de escolas infantis e de 1º grau, falta de planejamento da rede física, falta de professores, baixos salários e má formação desses profissionais, falta de material pedagógico, altos índices de repetência e evasão escolar, altos índices de analfabetismo, falta de adequação do currículo à população, especialmente na zona rural etc.

A busca de solução para esses problemas exigiu esforços e definição de prioridades a partir da realização de um diagnóstico, dado que nenhum dos municípios estudados contava com recursos suficientes.

Os caminhos encontrados adequaram-se às condições específicas da região e se refletiram em propostas cujo denominador comum foi a busca da qualidade do ensino e do resgate da credibilidade da escola pública. Assim, alguns municípios estabeleceram como prioridade a universalização do acesso à escola, outros, preocupados em reverter os índices alarmantes de repetência e evitar a evasão escolar, priorizaram as séries iniciais e, portanto, buscaram enfatizar novas concepções acerca da leitura e escrita, capacitando os professores nessa nova abordagem. Os municípios de regiões rurais procuraram adequar seus currículos e o calendário escolar às características de sua clientela. A ênfase na educação infantil foi uma meta de várias gestões, assim como a educação de jovens e adultos.

É importante ser destacado ainda que

## **A ineficiência do sistema educacional**

## **A busca da qualidade de ensino: diferentes diretrizes e estratégias**

## **Lugar de criança é na escola**

para a melhoria da qualidade do ensino, muitos municípios buscaram implantar um novo modelo de gestão, seja através da participação da comunidade nos colegiados nas escolas, ou da criação de conselhos municipais mais amplos, seja através da implantação de escolas cooperativas. A busca de parceria com universidades e fundações foi outra estratégia utilizada para a viabilização das propostas educacionais.

Enfim, se as diretrizes e estratégias são diversas, as soluções encontradas buscam trilhar um caminho que possibilite à criança entrar, permanecer e progredir numa escola pública de qualidade.

# **A Atuação dos Municípios: Priorizando a Educação**

**III**



**N**a agenda da política educacional emergem temas polêmicos. Em princípio, há consenso entre os que associam à democratização da sociedade a redistribuição do poder, a participação da comunidade, a autonomia do poder local e a redistribuição dos recursos financeiros.

Entretanto, embora se possa afirmar que as inúmeras “convergências” são significativas, quando se trata do ensino as conclusões muitas vezes são antagônicas.

Os que argumentam a possibilidade do município assumir o ensino básico, resgatando a qualidade do serviço, acreditam que o processo resultará numa escola mais democrática, dado à proximidade entre o poder local e a população, permitindo maior participação e o atendimento mais eficaz das reivindicações.

Outros acreditam que a municipalização concorrerá para a oferta de uma escola de qualidade inferior, principalmente nas regiões mais pobres. Apontam os índices mais baixos de desempenho das escolas municipais e acreditam que a crônica escassez de recursos, e tradição autoritária do poder local, contribuirão mais para excluir do que para favorecer o envolvimento da população.

A definição de uma política educacional, especialmente em relação ao ensino fundamental, exige que se leve em conta também que, no Brasil, aproximadamente 75% das escolas localizam-se na zona rural e abrigam 20% do alunado\*. Ainda que o processo de urbanização seja uma tendência nacional, os números acima apontam que a escola rural é uma realidade significativa no contexto

## **Poder local: Consenso e divergências**



\* Xavier, AC, Plank, D e Amaral sobrinho J. - “Os padrões mínimos de qualidade dos serviços educacionais: Uma estratégia de alocação de recursos para o Ensino Fundamental”, Ipea, nov. 91.

## **A vontade política do Prefeito**

brasileiro, e sua administração fica a cargo quase exclusivamente dos municípios.

As experiências estudadas e desenvolvidas no período de 1989 a 1992, por diferentes administrações, demonstraram que as questões levantadas acima são legítimas, mas podem ser superadas se existir vontade política.

Nesse sentido não se pode negar a importância fundamental do Prefeito, que é quem, ao delinear a política norteadora de sua gestão, estabelece projetos nas áreas social e educacional, uma vez que a definição de prioridades é uma instância eminentemente política, cabendo aos técnicos a eficácia na implementação das ações. O componente político, em muitos casos, é constituído em parceria com a comunidade. A participação desta última, de forma organizada em Conselhos, Núcleos, Assembléias e Associações pode levar ao fortalecimento e comprometimento da gestão política.

## **O Município dá o primeiro passo**

Em suma, é possível afirmar que o debate inflamado e as experiências vivenciadas estão se somando para construir um caminho, através do qual o município se fortalece politicamente, na medida em que passa a exigir com “conhecimento de causa”, outro nível de relações intergovernamentais que viabilizem a autonomia municipal. E mais, comprometidos com a qualidade dos serviços, organizam-se para captar recursos em outras instâncias e ousam quebrar a rotina administrativa introduzindo modelos alternativos de gestão.

### **3.1 - Buscando a Universalização do Acesso à Escola**

---

As experiências registradas denotam preocupação em integrar e garantir a permanência no sistema de ensino daqueles que sistematicamente são por ele excluídos: a população de baixa renda, a população da zona rural, as crianças trabalhadoras ou as que ficam na rua, e os jovens e adultos não alfabetizados.

Contrariando o senso comum de que para ampliar a oferta é preciso construir novos espaços, os municípios de Belo Horizonte e Vitória acomodaram a demanda escolar, diagnosticada através de um censo ou cadastro escolar, racionalizando os espaços físicos disponíveis. Novas construções, reformas e ampliações ocorreram apenas nos locais onde tal necessidade se evidenciou.

Municípios pequenos e com poucos recursos como Icapuí e Iguatu enfrentaram o desafio de garantir o acesso à escola de 1º Grau a toda a população, adotando medidas emergenciais. A comunidade participou efetivamente na tomada de decisões, decidindo coletivamente que espaços poderiam ser adaptados para salas de aula. Igrejas, salões paroquiais e casas desabitadas foram utilizados com esta finalidade. Posteriormente, com os recursos captados junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação - FNDE, foi sendo construída a rede física.

O problema da racionalização do aproveitamento dos espaços foi resolvido por Ijuí e Iguatu através da nucleação. Pequenas escolas foram agrupadas, sendo algumas delas desativadas totalmente e outras parcialmente, mantendo o funcionamento de apenas algumas

**Diagnóstico da demanda escolar**

**Racionalização do uso dos espaços disponíveis**

**Nucleação de escolas**

séries. Paralelamente foi organizado um sistema de transporte, para possibilitar o deslocamento dos alunos de suas localidades para as escolas maiores e com melhores condições de atendê-los.

## **Implantação de ciclos**

Certos de que não adianta só oferecer escola e de que é preciso garantir a permanência e a extensão do ensino à população, municípios como Vitória e Marechal Rondon adotaram medidas visando evitar a retenção e a evasão de seus alunos. Em Vitória, a adoção do Bloco Único incorporou o terceiro estágio da pré-escola (crianças de 6 anos) às classes de 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries, o que possibilitou um tempo maior para a aprendizagem da leitura e escrita. Em Marechal Rondon o Ciclo Básico, que eliminou a avaliação classificatória ao final da primeira série, teve esta mesma finalidade. Nessas experiências permanece a avaliação diagnóstica no decorrer de todo ano letivo, cujo resultado sinaliza para o professor qual deve ser a direção de sua atuação.

## **Adaptação do calendários escolar**

Resende adotou como medida preventiva aos altos índices de evasão e retenção a recuperação contínua, em sala de aula, e a recuperação paralela, fora do horário escolar.

Municípios agrícolas como Dom Inocêncio, Icapuí e Jaguaré adequaram o calendário escolar às suas características, de forma a permitir a freqüência dos alunos à escola, respeitando os diferentes ciclos da produção agrícola, uma vez que essa clientela representa força de trabalho significativa em suas regiões.

## **Transporte escolar**

O transporte escolar foi a forma encontrada por alguns municípios, como São José da Varginha, Marechal Rondon e Icapuí, para garantir a freqüência e permanência dos alunos. Em São José da Varginha, Iguatu, Resende e

outros, o deslocamento dos alunos para centros com maiores recursos, onde podem freqüentar as séries finais do 1º grau, é resolvido pelo passe escolar gratuito.

Vários municípios revelaram cuidado com a extensão da oferta do ensino fundamental após a 4ª série. Mesmo localidades com poucos recursos encontraram soluções para o problema. Icapuí, por exemplo, utiliza os programas da TV Educativa para 5ªs às 8ªs séries, tendo preparado alguns professores para atuarem como monitores. Além disso, oferece as séries finais do primeiro grau em núcleos com maiores recursos. Outros municípios nas áreas rurais optaram por estender o ensino de 5ª a 8ª séries através da nucleação das escolas, ou da criação de escolas agrícolas etc.

A concessão de bolsa-auxílio como complementação financeira para possibilitar a permanência do aluno na escola foi uma medida adotada em Conchas.

Já em Belo Horizonte, a integração entre Estado e Município permitiu cobrir o atendimento à demanda, garantindo a matrícula de todos os alunos em 5ªs séries.

A preocupação com a ampliação do atendimento à população já marginalizada pelo sistema educacional foi visível em Conchas, que desenvolveu um projeto de escolarização e início de aprendizagem profissionalizante a meninos evadidos da escola. Nesse projeto, não há período especial ou exigências para a matrícula, não há limite de vagas, o período é integral e a seriação é organizada de forma modular, sendo o aluno promovido por nível de conhecimento acumulado, independente da época do ano, de modo a respeitar o ritmo de cada um. O funcionamento é contínuo, sem

## **Modalidade do ensino de 5ª a 8ª série**

## **Concessão de bolsas**

## **Uma escola flexível e aberta**

férias. Esse projeto é um exemplo, ainda que restrito a uma escola, de como é possível a organização de uma escola pública flexível, pautada pelo princípio da igualdade de oportunidades e da importância de se oferecer todas as condições possíveis para que a criança permaneça na escola. Os casos dos municípios de Dom Inocêncio e Jaguaré, citados anteriormente, constituem-se também em exemplos da possibilidade de flexibilizar a organização da escola.

### **Cursos profissionalizantes**

Também em Conchas foi desenvolvido um projeto voltado para jovens de 10 a 16 anos, matriculados no sistema oficial de ensino, oferecendo treinamento, e trabalho como guardas-mirins. Resende também exemplifica esse tipo de atendimento com projetos especiais não convencionais de educação, com o objetivo de inserção dos jovens no mercado de trabalho, através de cursos relativos de jardinagem, horta etc, que revertem em benefício para o próprio poder público.

### **A educação infantil**

A faixa de 0 a 6 anos recebeu atenção significativa nos municípios de Porto Alegre, Vitória e Resende, nos quais fica evidente a ênfase no trabalho da pré-escola, decorrente da necessidade de melhorar o desempenho do aluno no 1º Grau e evitar a evasão escolar, especialmente das crianças provenientes de famílias de baixa renda. Isso leva a uma mudança na própria concepção de pré-escola, não mais compreendida como espaço de guarda das crianças, mas como instância de estimulação e de aprendizagem de conhecimentos e habilidades.

Nos casos citados, os quadros da pré-escola são formados por pessoal diretamente ligado ao ensino, ou seja, professores e pedagogos.

A questão dos jovens e adultos não escolarizados foi tratada por vários municípios, dentro de suas características, mais urbanas ou rurais. De forma geral, percebe-se que houve levantamento e chamada dos analfabetos do município, programação integrando alfabetização e trabalho, e aproveitamento dos recursos locais, como uso de espaços disponíveis na comunidade e utilização do trabalho de alunos das séries finais dos cursos de magistério.

Programas de assistência alimentar e médico-odontológica podem ser considerados como fatores motivadores da permanência do aluno na escola.

### **3.2 Melhorando as Condições de Ensino**

---

Se o passo inicial em direção a uma melhoria da qualidade do ensino está na garantia do acesso à escola, a etapa seguinte está na valorização do profissional da educação e na discussão acerca do conhecimento e de concepções de ensino-aprendizagem. Assim como já mencionamos anteriormente, o esforço deve se refletir em ações dirigidas para que a criança permaneça e progrida na escola.

Nessa perspectiva, tomando-se como pressuposto que a escola deve ter como diretriz norteadora de sua ação a formação de sujeitos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna, os parâmetros para a reflexão da prática pedagógica encontram-se aí explicitados. Não é possível se pensar em um ensino descolado da compreensão e/ou apropriação do conhecimento; em um aluno passivo ou em conteúdos

**O combate ao analfabetismo**

**Assistência ao educando**

**A formação da cidadania**

## **Capacitação de professores**

fechados e desarticulados com o mundo em que se vive.

Buscando enfrentar esse desafio, os municípios implementaram ações que abrangeram desde a capacitação do professor, a adequação do currículo à realidade local, a garantia de materiais e recursos didáticos destinados aos alunos, a implantação de novas metodologias, a ampliação do período de tempo destinado à aprendizagem, entre outras.

As diversas ações implementadas nos diferentes municípios estudados, que tiveram em comum a preocupação com a formação permanente do professor, visavam melhorar o desempenho escolar do aluno.

## **Currículo adequado à realidade da comunidade**

Oferecer um ensino que garantisse os conteúdos mínimos de modo a assegurar formação básica em nível nacional, respeito aos valores culturais e ao cotidiano da comunidade foi a preocupação do município de Jaguaré, cuja proposta de ensino tomou como ponto de partida a realidade do meio rural, suas vivências, costumes e formas de produção.\*

Mesmo contando com poucos recursos, várias das experiências registram o esforço em proporcionar às escolas materiais pedagógicos concretos estimulantes para facilitar e garantir a aprendizagem. Iguatu distribuiu livros didáticos a todos os alunos das quatro séries iniciais. Os professores de Icapuí, para suprir a ausência de livros, elaboraram material didático abrangendo todas as áreas do conhecimento tomando por referência as vivências locais dos pescadores.

## **Recursos didáticos**

Criou-se, também, no município de Icapuí, um museu reunindo documentos

\* Seu currículo, além dos conteúdos das áreas de estudo e disciplinas obrigatórias para o ensino de 1º grau, incorporou as disciplinas de Zootecnia, Agricultura e Prática na Propriedade.



históricos e coleção de ossos de animais da região; Resende forneceu livros didáticos e materiais escolares para todos os alunos; “os cantinhos” das salas de aula de Porto Alegre proporcionaram às crianças a oportunidade de desenvolver atividades individuais de estudos e recreação; vários dos municípios criaram bibliotecas; Conchas recuperou e reformou um antigo prédio da estação ferroviária, transformando-o num museu e agregando-lhe uma sala de leitura. Digna de nota é também, a biblioteca itinerante, uma perua kombi que percorre a cidade colocando seu acervo de livros infantis ao alcance de todas as crianças. Jaguaré dotou suas escolas de livros, mapas e utensílios agrícolas necessários à implantação e desenvolvimento da sua proposta de ensino.

Em Belo Horizonte, sob a supervisão e coordenação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação - CAPE, as escolas foram incentivadas a desenvolver seus próprios projetos pedagógicos, com o objetivo de responder às necessidades da comunidade. O CAPE oferece aos profissionais um espaço para debate, intercâmbio de experiências, eventos e grupos de estudo. Disto resultou uma variedade de propostas que vão desde a oferta de período integral para as 5<sup>as</sup> séries até a implantação de um laboratório de Informática.

Porto Alegre desenvolveu uma proposta adequada à alfabetização de crianças das classes populares, na qual o aluno é o próprio sujeito de sua aprendizagem, construindo conhecimentos a partir de suas experiências e onde o professor é o mediador do processo.

Digna de nota é a experiência educacional de Jaguaré, que considerou a realidade rural

## **Projetos pedagógicos**

## **Propostas de Alfabetização**

## **Adaptação do calendário escolar.**

como ponto de partida e de chegada do processo educativo da criança do campo. No intuito de conhecer melhor o aluno e sua realidade, os professores realizaram visitas regulares às famílias e às comunidades de origem. O desenvolvimento dos conteúdos de ensino se fez através de temas geradores relacionados ao cotidiano do campo. O calendário escolar, que alterna períodos de atividades na escola com outros de atividades em casa, possibilitou trocas de informações e de experiências sobre os temas estudados, entre o aluno, seus familiares e sua comunidade que tanto enriqueceram os conhecimentos dos envolvidos quanto o próprio currículo escolar.

### **Aula integrada**

Em Ijuí, a adoção da aula integrada constituiu-se na forma encontrada pelo município para tentar garantir uma melhor qualidade de ensino. A realidade dos alunos e dos professores foi o ponto de partida desta metodologia que se propôs relacionar o cotidiano das crianças a contextos mais amplos, tanto em termos espaciais quanto temporais e o saber vulgar ao saber sistematizado. Resultou numa proposta interdisciplinar e contextualizada dos diversos componentes curriculares do ensino do 1º grau.

Garantir um período maior de aprendizagem, a fim de favorecer a aquisição de conhecimentos e diminuir os índices de retenções e evasão, foi medida adotada por várias das administrações estudadas.

### **Diminuição dos índices de repetência e evasão escolar**

Resende ampliou o número de dias letivos atingindo hoje a marca de 235 dias, enquanto que a maioria das escolas brasileiras cumpre apenas 180 dias. Paralelamente oferece recuperação contínua na própria sala de aula e

recuperação fora do horário escolar, para os alunos com dificuldades de acompanhar as matérias.

Vitória e Marechal Cândido Rondon eliminaram a avaliação seletiva nas séries iniciais, propiciando ao aluno um tempo maior para a aquisição dos conhecimentos básicos de leitura e escrita e a ampliação de sua visão do mundo.

### **3.3 Melhorando as Condições da Escola**

---

Espaços amplos, ambientes claros e limpos, materiais didáticos diversificados, recursos audiovisuais variados, material escolar para todos os alunos. Estes foram desafios que várias administrações se impuseram para oferecer um ensino de melhor qualidade à sua população.

Iguatu e Icapuí com seus poucos recursos procuraram garantir material escolar e livro didático para todos os alunos de 1ª à 4ª séries; Marechal Cândido Rondon, São José da Varginha e Jaguaré dotaram as escolas com mimeógrafos, televisores, vídeos e outros materiais permanentes necessários ao atendimento de suas necessidades fundamentais.

Vitória proporcionou material escolar a todos os alunos, aparelhou as escolas com materiais didáticos permanentes, criou o Laboratório de Ensino - Aprendizagem, colocando recursos audio-visuais à disposição de alunos e professores, além de construir ou reformar todas as unidades escolares de forma a garantir espaços essenciais à implantação do projeto da Secretaria de Educação do Município.

**Escolas mais estimulantes**

**Recursos didáticos**

## **O projeto arquitetônico da escola**

Porto Alegre desenvolveu um projeto arquitetônico de escola adequado à sua concepção de ensino-aprendizagem, onde os espaços foram organizados, de tal forma a facilitar e promover a constituição do grupo e a interação das pessoas em sala de aula e da escola como um todo.

### **3.4 - Valorizando o Profissional da Educação**

---

## **O professor: elo central da aprendizagem do aluno**

Qualidade em educação não pode ser traduzida por número de escolas, ainda que a meta da universalização do ensino deva ser considerada como ponto de partida. Reverter o quadro dramático do sistema educacional, significa antes de mais nada, cumprir os preceitos constitucionais de garantia do ensino de 1º grau, de modo a possibilitar a formação de cidadãos capazes de participar da vida social, política e econômica da sociedade. Nesse sentido, o desafio que se coloca à escola é transmitir conteúdos, informações, conhecimentos e habilidades que façam parte do seu meio cultural e que possibilitem a seus alunos participar de forma ativa na sociedade atual, que se caracteriza por uma integração cada vez mais complexa em nível mundial - via meios de comunicação.

Ainda que planos e diagnósticos sejam importantes, é o professor quem está no fim dessa estrutura, ou seja, na sala de aula em contato direto com os alunos, executando e viabilizando (ou não) as metas e ações planejadas pelos órgãos centrais. Investir na habilitação e formação permanente do professor é, portanto, condição primordial para se alcançar um ensino de melhor qualidade.

A capacitação do professor e a regulamentação de sua função, através da elaboração de um Plano de Cargos e Salários e/ou Estatuto do Magistério, é uma preocupação dos sistemas educacionais que têm na melhoria do ensino sua meta prioritária.

Recupera-se assim, o papel da escola, e especialmente do professor, como elemento central na formação do aluno, de modo a capacitá-lo a atuar como cidadão.

Nessa perspectiva, identificam-se diversas ações implementadas nos municípios estudados. Em alguns deles, como Icapuí, Iguatu e São José da Varginha, percebem-se tentativas de organizar um trabalho permanente de formação em serviço, através de reuniões locais regulares entre os supervisores das Secretarias de Educação, os professores e equipe escolar. Além disso, os supervisores desses municípios organizam nos dias de pagamento, quando os professores deslocam-se para a região central, reuniões e estudos para integrar as diferentes escolas nas diretrizes pedagógicas comuns.

Já nos municípios maiores e mais estruturados, como Belo Horizonte, Vitória, Jaboaão dos Guararapes, Resende e Porto Alegre, existe uma política de capacitação definida, com ações permanentes, que vão desde o trabalho dos supervisores junto aos professores, na unidade escolar, até a realização de cursos, a edição de revistas e cadernos pedagógicos e grandes eventos, atingindo a todos os profissionais da rede municipal.

É importante ressaltar que, nas várias experiências relatadas, a atuação do supervisor é decisiva e vem indicando mudança na sua função, já que ele deixa de ser um mero

## **Formação permanente**

## **O supervisor-assessor**

fiscalizador e assume o papel de capacitador e assessor pedagógico.

Quanto à habilitação funcional dos professores, nota-se um grande esforço dos municípios estudados no sentido de entregar a responsabilidade pelo ensino fundamental a professores regularmente habilitados.

### **Habilitação do professor**

Quando isso não é atingido plenamente, estabelecem-se critérios para a contratação de professores leigos, que vêm sendo habilitados, seja pelo ensino regular, como em Icapuí, seja através de suplência, pelo projeto Logos, como em Iguatu.

### **Formação de monitores**

Alguns municípios resolveram o problema da falta de professores especialistas, para atuarem da 5ª à 8ª série, qualificando de polivalentes as primeiras séries do ensino fundamental, através de programas da TV Educativa para formação de monitores. Há casos, como o de São José da Varginha, em que a Prefeitura garante bolsas de estudo e transporte para que seus professores freqüentem uma faculdade.

### **Concurso e plano de carreira**

No que se refere à situação funcional e ao Estatuto do Magistério, houve esforço dos municípios para transformar prescrições legais em situações de fato, realizando concursos públicos de ingresso, estabelecendo piso salarial e organizando planos de carreira para o magistério, na direção de valorizar o profissional da educação. Tais iniciativas, evidentemente, tiveram proporções diferentes conforme as possibilidades locais.

### **Política salarial**

Assim, enquanto Icapuí estabeleceu como piso salarial o equivalente a um salário mínimo, Resende equiparou o salário de professores das primeiras séries com nível universitário ao salário dos arquitetos, engenheiros e médicos da região.

Ainda com relação à valorização dos profissionais da educação, vale destacar como fato de suma importância para a melhoria do ensino, a avaliação da atuação desses profissionais, promovida pelos municípios de Belo Horizonte e Resende.

## **Avaliação do professor**

### **3.5 Democratizando a Gestão**

---

#### 3.5.1 Gestão democratizante do sistema

Resultante dos movimentos de democratização do país, a partir da década de 80, a consciência da população sobre seus direitos de cidadania torna-se mais forte e presente. Em consequência, os movimentos de pressão popular sobre as administrações locais por mais e melhores serviços públicos formam-se com mais frequência.

Por outro lado, o modelo tradicional de organização e gestão da administração pública não tem condições de atender a essas novas reivindicações por ser reconhecidamente ineficiente, caro e inadequado.

Alterar essa situação, conciliando os recursos municipais com crescentes demandas, constitui-se num desafio que vários Prefeitos se dispuseram a enfrentar, buscando soluções adequadas às realidades e características de suas regiões.

O reconhecimento de que a educação é fator de desenvolvimento econômico, aliado à pressão popular por mais e melhores escolas, contribuiu para que essas mudanças fossem mais presentes na administração dos serviços de educação.

Reconhecendo a participação popular da comunidade na administração pública como

## **Gestão da administração**

## **Participação da comunidade**

um importante fator de mudanças, vários prefeitos a estimularam e a favoreceram.

Pequenos municípios como Icapuí e Iguatu, institucionalizaram canais de comunicação e participação entre a população e a Prefeitura de modo a permitir o gerenciamento coletivo do setor público, chegando mesmo a conferir-lhes poderes decisórios sobre orçamentos e prioridades. Nessa mesma perspectiva pode-se citar a atuação da Associação de Pais e Mestres em Marechal Cândido Rondon e a criação de Conselhos e/ou Comissões em Jaguaré e Porto Alegre.

## **Modernização do sistema**

Resende, município de médio porte, aliou a participação da comunidade à modernização de sua máquina administrativa. Para gerenciar a educação foi criada uma autarquia que conta, entre seus membros, com representantes da comunidade. Esta autarquia proporcionou agilidade e flexibilidade ao governo para resolver os problemas da educação, através da modernização e racionalização da máquina administrativa. Através da racionalização foi possível ao Governo Municipal diminuir substancialmente o número de professores, ao mesmo tempo em que se aumentaram o número de alunos e de salas de aula. Ainda em Resende, a preocupação com a participação da comunidade levou ao programa do governo itinerante, a possibilidade de atendimento das demandas locais.

## **Descentralização do sistema**

Um município de grande porte como Belo Horizonte partiu do princípio de que uma estrutura centralizada e centralizadora não favorece a democratização do sistema de ensino. Em conseqüência disso efetivou uma reorganização administrativa que resultou na descentralização e desconcentração do órgão



central e na criação dos Departamentos de Educação em cada uma de suas nove Administrações Regionais.

Esta nova estrutura desencadeou a organização de várias instâncias colegiadas com poderes normativo, deliberativo e consultivo, onde as propostas são discutidas e as decisões são tomadas de forma mais rápida e eficaz e mais próximas das escolas.

### 3.5.2 Gestão da Escola

Garantir a qualidade de ensino através da democratização e fortalecimento das escolas, de modo a ampliar seu espaço de decisão nas áreas pedagógica, administrativa e financeira, foi meta perseguida por muitos Prefeitos. Diferentes soluções foram buscadas na tentativa de resolver os problemas diagnosticados em cada município.

Várias Prefeituras estimularam a criação de formas colegiadas de administração com o objetivo de tornar a escola mais permeável aos interesses e necessidades de seus usuários.

Decorrente destas medidas, surgem os Conselhos de Escola, seguidos em alguns casos pela eleição de diretores. Em Belo Horizonte, esta forma de gestão foi melhor implementada, passando a constar da Lei Orgânica do Município aprovada em 1990. Esta diretriz se fez acompanhar de um processo gradativo de autonomia financeira decorrente do aumento significativo de recursos destinados à Caixa Escolar. O propósito visado por esta forma de administração foi o de propiciar a cada escola a elaboração de seu Projeto Global a partir da priorização de problemas e soluções. À Secretaria Municipal de Educação coube

**A escola no  
centro da gestão**

**Conselhos e  
Caixa Escolar**

## **Novas relações entre o público e o privado**

### **A Escola Cooperativa de Maringá**

aprovar, apoiar, acompanhar e providenciar as condições materiais que permitiram a viabilização dos projetos de cada escola.

Reduzir custos, diminuir a máquina burocrática e administrativa considerada inchada, ineficaz e perdulária foi o objetivo que a Prefeitura de Maringá se propôs atingir. Para tanto criou um gerenciamento empresarial da atividade educacional. A política norteadora da proposta da escola pública com gestão privada fez parte de um projeto político, que pretendeu levar ao serviço público a agilidade e a experiência da iniciativa privada, maximizando a produtividade e tornando os serviços menos perdulários. Foi garantida, no entanto, a exigência constitucional de gratuidade e universalidade dos serviços governamentais.

Pautada por esses princípios, a administração de Maringá entregou a gestão das creches e das unidades de ensino fundamental a empresas, constituídas para este fim específico, compostas de no mínimo 50% de professores e funcionários diretamente envolvidos em sua administração, que assumiram a gestão dessas unidades, após um processo licitatório de concorrência pública.

O ensino continuou sendo gratuito, embora com gestão da iniciativa privada. Os recursos financeiros foram repassados pelo poder público às empresas com base no número de alunos matriculados com frequência regular. A Prefeitura manteve as orientações pedagógicas e administrativas gerais que deveriam ser cumpridas pelas escolas. O contrato previa pesadas multas sobre as escolas que não cumprissem as regulamentações estabelecidas. A administração e a

racionalização dos gastos permitiram melhor remuneração dos professores e funcionários ao final de cada mês.

A gestão da escola realizada por terceiros foi uma medida também implementada em Jaboaão dos Guararapes, com a participação de membros da comunidade, pais, docentes e funcionários. Sem se distanciar dos princípios que caracterizam o ensino público: gratuidade, gestão democrática, igualdade de acesso e permanência, padrão de qualidade, o Projeto denominado *Nossa Escola* tem como objetivo implantar um novo modelo de gestão de escola pública. Esse modelo compreende a existência de duas instâncias: a executiva - Entidade Gestora da Escola - representada por uma Associação Civil sem fins lucrativos, formada por docentes e funcionários; e deliberativa - Conselho Escolar - formada por membros da comunidade: pais e entidade gestora.

A busca de novos padrões de gestão da escola resultou, em municípios como Porto Alegre, Marechal Cândido Rondon, Belo Horizonte e Resende, no processo de eleição dos Diretores e Vice-Diretores de escola.

### **3.6 Buscando Alianças e Parcerias**

---

Para poder viabilizar a implantação e a implementação de seus projetos políticos, os dirigentes municipais estabeleceram alianças e parcerias com diferentes órgãos e instituições em diversas esferas político-administrativas, com universidades, com Organizações Não-Governamentais (ONGs), bem como com a própria comunidade.

Ações integradas entre o município e o Estado, visando a racionalização do atendi-

**Projeto Nossa  
Escola –  
Jaboaão dos  
Guararapes**

**Eleição de  
diretores e vice-  
diretores**



**Estado/  
Município**

mento à demanda escolar, ocorreram nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Vitória e Belo Horizonte.

Iguatu estabeleceu um convênio com a Secretaria de Cultura Turismo e Desporto do Estado para implementar seu projeto de atividades de resgate da arte e da cultura popular, através da implantação de oficinas de arte, dança e teatro.

## **Novos projetos**

Icapuí foi buscar, em nível federal, a parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para viabilizar a expansão da rede física.

Resende promoveu parcerias entre diversas secretarias do próprio município para viabilizar seu projeto de profissionalização do adolescente visando sua inserção no mercado de trabalho. Resende criou ainda uma instância responsável pela elaboração de novos projetos e o contato com diferentes órgãos financiadores.

Projetos envolvendo as universidades e secretarias de educação, com o objetivo de proporcionar e promover tanto o aperfeiçoamento dos recursos humanos da educação quanto de implantação de novas propostas e/ou metodologias de ensino, ocorreram em vários municípios estudados. A Universidade do Ceará elaborou um projeto que teve por finalidade capacitar professores de diversos municípios desse Estado, inclusive Iguatu e Icapuí.

## **A universidade**

Em Porto Alegre a universidade federal e a PUC participaram da elaboração de uma proposta de alfabetização na linha construtivista.

Em Ijuí, a UNIJUI, numa ação integrada com a secretaria de educação, implantou e acompanhou o projeto de interdisciplinaridade em escolas da rede municipal.

## **Organizações não- governamentais**

Alianças e parcerias com ONGs ocorreram em municípios de poucos recursos e de características rurais, como é o caso de Dom Inocêncio e São Raimundo Nonato, no Piauí, e de Jaguaré, no Espírito Santo. Estas parcerias visaram principalmente a captação de recursos financeiros externos com a finalidade de implementar os projetos dos municípios que, nos dois primeiros casos, foram além da área de educação, pois visaram a implementação de uma política de desenvolvimento econômico das respectivas localidades.

No caso de Jaguaré esta parceria teve por finalidade a criação de escolas de 5ª à 8ª série com características próprias para o atendimento da população da zona rural.

As alianças com a comunidade ocorreram em praticamente todos os municípios e visaram garantir tanto a renovação na forma de gerir os serviços públicos como se observou em Icapuí, como o de viabilizar uma nova proposta educacional como é o caso de Jaguaré.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**IV**

**A** análise das experiências estudadas nos revela que, ao priorizar a educação, esses municípios estão se diferenciando dos demais, e essa é a grande inovação.

Muitas vezes a realização do simples e do óbvio, mas bem implementado, trouxe resultados significativos, como procuramos destacar no decorrer desse estudo, e constituem-se em lições para outras regiões. A diversidade regional não se configura numa barreira para que propostas e ações de um determinado município não possam ser utilizadas como parâmetro para outros. Não é possível se pensar em um modelo único e original para cada um dos municípios brasileiros, assim como não temos tempo para tentar “inventar” novas soluções, quando muitas vezes não são novas, pois foram implantadas em outras regiões.

A vontade política do dirigente municipal mostrou-se fundamental para o enfrentamento das questões educacionais cruciais e a viabilização de projetos nessa área.

No momento atual, o tempo é fator fundamental para a reversão dos indicadores. Os recursos são escassos e, portanto, não é possível se pensar em políticas estaduais desvinculadas das políticas municipais, ocasionando duplicação de funções, ou abandono dos municípios, por parte do Estado.

Uma questão recorrente quando se analisam as relações federativas no país é a constatação sobre a “histórica” indefinição de competências. Na área educacional a situação se agrava porque a indefinição se associa a ausência de uma política educacional.

Este quadro de desorientação certamente não contribui para o fortalecimento da autonomia municipal, uma vez que a ausência de diretrizes acaba por permitir qualquer tipo de “arranjo” e/ou aliança, em detrimento dos interesses majoritários.

O modo como se deu a descentralização dos encargos com o ensino fundamental do Nordeste é um bom exemplo. O mecanismo que se vem utilizando no Sul/Sudeste para formalizar as parcerias, os convênios ou a “administração conveniada” é outro indicador dos descompassos.

Na região Nordeste, Estados mais pobres, com déficits de escolaridade alarmantes, contingente significativo de professores leigos e uma população que apresenta os mais altos índices de analfabetismo do país, o repasse dos encargos educacionais obrigatórios

---

se fez a partir da década de 70, de modo autoritário, sem qualquer preocupação com a ausência de recursos em nível local. Portanto, para as regiões mais pobres se oferece também a escola mais pobre.

O processo de democratização que se intensifica a partir da década de 80 coloca num primeiro plano, na área educacional, o debate sobre o papel do município. Entretanto, o que ainda se constata é uma política que alija freqüentemente o governo municipal da definição sobre programas e projetos que dizem respeito à comunidade.

As administrações municipais que se dispuseram a enfrentar o desafio de reverter o quadro de penúria de suas escolas fundamentais têm trabalhado isoladamente. As Secretarias Estaduais planejam suas ações considerando apenas a rede estadual de ensino e, em geral, não contam com um canal efetivo de participação para os municípios.

Tanto os Estados do Nordeste quanto os do Sul sequer elaboraram um Plano Estadual, instrumento de políticas e competências.

A solução comumente encontrada no Sudeste como estratégia para respaldar as ações municipais – o mecanismo de convênios – tem se mostrado ineficaz.

Antes de mais nada, trata-se de um instrumento administrativo, mas que curiosamente acaba por explicitar o tipo de relação que se deseja estabelecer.

O convênio, nos moldes em que vem sendo proposto, favorece o controle unilateral, provocando, por exemplo, o atraso no repasse de recursos e a redução dos recursos investidos, toda vez que o proponente acusar “problemas de caixa”. Ora, a administração conveniada, ao invés de ação solidária, concorrente, vem criando uma série de entraves para a consolidação de parcerias. No que concerne ao não enfrentamento dos problemas de relação entre as instâncias federativas, observou-se no âmbito do debate constituinte a redução dessa questão a uma mera redistribuição de recursos, passando-se ao largo sobre a questão política que é o cerne do problema.

Alguns estudos\* têm apontado como pontos necessários à reversão dessa situação a implantação de uma política que:

- assegure apoio político e financeiro para regiões que carecem de poder de barganha. O apoio político poderia ser assegurado pelo controle sobre as transferências de recursos e sobre a

---

\* Xavier, AC, Plank, D. e Amaral Sobrinho, J. – Op. Cit.



aplicação pelos municípios, do percentual de recursos constitucionalmente previsto, e o apoio financeiro mediante o estabelecimento de uma política de incentivos e penalidades, a fim de persuadir as autoridades locais a melhorar a qualidade das escolas;

- estabeleça uma quantia mínima estável e previsível de recursos para os municípios, de modo a torná-los aptos a assumir maior responsabilidade na provisão de escolarização. Esse critério pode ser acompanhado de políticas de financiamento da educação, que incentivem e premiem o esforço de taxaço local, de modo que os recursos federais e estaduais não sejam as únicas alternativas;
- estabeleça critérios técnicos para a transferência de recursos federais aos estados e municípios, a fim de que o poder das políticas clientelísticas e da burocracia federal seja reduzido em contrapartida a um aumento da previsibilidade dos fluxos de recursos, entre governos federal, estadual e municipal.

Com relação à melhoria do Ensino Fundamental pode-se destacar como prioridades para um esforço compartilhado entre MEC, Estados e Municípios, ações que visem:

- melhorar as condições de funcionamento das escolas existentes, avançando-se para isto na definição de padrões mínimos de oferta dos serviços educacionais;
- reorganizar a rede escolar existente, como a nucleação e o transporte escolar;
- colocar a escola como foco de atenção: ensino e aprendizagem ocorrem na escola e não no MEC ou Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Saber o que se passa na escola, planejar a escola, avaliar a escola e os processos que dentro dela ocorrem é fundamental para uma melhoria do sistema;
- avançar no processo de autonomia da escola. As experiências, hoje, no Brasil e em outros países, mostram que a gestão colegiada das escolas, com envolvimento de pais, professores, funcionários e membros da comunidade tem um efeito muito benéfico no funcionamento das escolas e na melhoria da qualidade do ensino;
- fazer uma profunda análise dos cursos de formação de docentes nas universidades. Os sistemas de ensino não podem ficar

indefinidamente tentando dar aos professores o que as universidades não foram capazes de dar. Há uma grande distância entre o que as faculdades de educação discutem e o que acontece nas salas de aula.

O caminho é longo, mas os municípios e as comunidades têm dado o primeiro passo, enfrentando desafios que à primeira vista pareceriam intransponíveis, dado a quantidade de problemas e a escassez de recursos. É necessário que se tenha dados atualizados e fidedignos para que os Planos Estaduais de Educação possam ser viabilizados sem o desperdício de tempo e recursos. O Estado é o grande ator do sistema, cabendo-lhe a tarefa de estabelecer políticas de parcerias, a fim de que o município não fique isolado no seu esforço de atuar na área educacional.

Se os avanços com relação à universalização do acesso à escola foram significativos na última década, os anos 90 propõem num novo desafio: a luta por uma escola de qualidade, onde o aluno entre, permaneça, progrida e aprenda!

---

## Bibliografia

Centro de Pesquisa para a Educação e Cultura - CENPEC.  
Série Educação e Desenvolvimento Municipal.

- \_\_\_\_\_. *Uma Proposta de Educação para as Classes Populares - A Experiência de Porto Alegre - RS, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *A Nucleação das Escolas e as Ações Integradas com a Comunidade - A Experiência de Ijuí - RS, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *Alternativas para a Melhoria do Ensino: Escolas Cooperativas - A Experiência de Maringá - PR, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *Educação como Prioridade e Investimentos Integrados - A Experiência de Marechal Cândido Rondon - PR, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *A Educação como Prioridade de Investimento - A Experiência de Vitória - ES, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *As Escolas Comunitárias Rurais - A Experiência de Jaguaré - ES, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *Trabalhando em Benefício da Escola e da Comunidade - A Experiência de Belo Horizonte - MG, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *Compromisso com a Educação - A Experiência de São José da Varginha - MG, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *Transformando um Município numa Cidade-Escola - A Experiência da Conchas - SP, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *A Educação como Compromisso com a População - A Experiência de Resende - RJ, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *Resgatando a Credibilidade do Ensino Público Municipal - A Experiência de Jaboatão dos Guararapes - PE, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *Todas as Crianças na Escola - A Experiência de Icapuí - CE, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *A Democratização do Ensino e a Organização Comunitária - A Experiência de Iguatu - CE, 1989/1992.*
- \_\_\_\_\_. *A Educação e o Desenvolvimento Auto-Sustentado - A Experiência de Dom Inocêncio - PI e A Experiência do Parque Nacional de Capivara - São Raimundo Nonato - PI, 1989/1992.*
- Xavier, Plank e Amaral Sobrinho. *Os Padrões Mínimos de Qualidade dos Serviços Educacionais: Uma Estratégia de Alocação de Recursos para o Ensino Fundamental.* IPEA, Brasília, 1991 (Trabalho apresentado no Seminário sobre qualidade, eficiência e eqüidade na educação básica).
-



IMPRESSO NA  
GRÁFICA E EDITORA OCB EM  
HUM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS